

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM TRABALHOS DE CAMPO EM GEOGRAFIA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DO PIBID - UFJF**

**Igor Piazzzi Santa Rosa**  
igorpiazzzi@hotmail.com<sup>1</sup>

**Henrique Lage Chaves**  
henriquelchaves@hotmail.com<sup>2</sup>

**Jessica Lana de Souza da Silva**  
jessicalanaufjf@gmail.com<sup>3</sup>

**Cassiano Caon Amorim**  
cassianoamorim@hotmail.com<sup>4</sup>

### **Resumo**

*Esse trabalho foi realizado em escolas públicas em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Apresenta reflexões sobre a possibilidade do desenvolvimento de trabalhos de campo em aulas de Geografia, no Ensino Médio. Tem como princípio considerar os territórios e sua potencialidade educativa.. Utilizando conhecimentos cotidianos dos estudantes, essa prática possibilita a construção dialética dos saberes geográficos escolares. O crescimento e a dinâmica da cidade viabilizam a abordagem de conceitos elementares no ensino de Geografia: paisagem, lugar e espaço geográfico podem ser abordados de forma integrada. Tal prática pedagógica ainda contribui na formação de futuros professores além de resgatar de certa forma a escola como formadora de cidadãos conscientes e críticos no seu papel de sujeitos que produzem e são produzidos pela cidade.*

**Palavras chave:** trabalho de campo, geografia escolar, PIBID.

### **Apresentação**

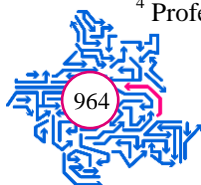
Este trabalho é resultado de uma prática pedagógica desenvolvida com os alunos do 1º ano do ensino médio, durante o ano de 2015, nas Escolas Estaduais Francisco Bernardino e Fernando Lobo, ambas localizadas no município de Juiz de Fora – MG. Essas escolas são contempladas pelo PIBID (Programa Institucional de Iniciação a Docência) Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, onde diferentes práticas pedagógicas vem

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Bolsista PIBID/ CAPES

<sup>2</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Bolsista PIBID/ CAPES

<sup>3</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

<sup>4</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



sendo desenvolvidas por estudantes graduandos do curso de Licenciatura e professores da rede estadual e da universidade.

O ensino de Geografia, ao longo do tempo, vem fundamentando-se de maneira bastante intensa na abordagem descritiva dos fenômenos, processos e dinâmicas do espaço geográfico. Pessoa (2007) expõe que essa abordagem metodológica tradicional, muitas vezes pautada em conteúdos desvinculados da realidade dos alunos prioriza um corpo curricular de assuntos fragmentados e descritivos, limitados à memorização e a identificação de conceitos prontos e acabados. Freire (2015) acrescenta que ensinar não é transferir conhecimentos prontos, mas criar possibilidades para sua produção ou construção.

Para superar tais métodos tradicionais são necessárias novas práticas educativas em que os objetivos não são simplesmente transmitir o conteúdo ao aluno, mas levá-lo a pensar e refletir, além de dar grande destaque a sua vida social (PILETTI, 2006). Neste sentido, os trabalhos de campo em Geografia podem possibilitar aos alunos que observem criticamente, e se aproximar da realidade cotidiana, como a relação homem- natureza, produção do espaço pelos múltiplos sujeitos e características físicas do relevo.

Tomita (1999) propõe que o ensino de geografia além de um bom embasamento teórico, deve partir do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do próximo mais distante. O ponto de partida é o estudo da realidade a partir das áreas mais próximas aos alunos. A nosso ver, práticas de campo em espaços locais cumprem esse papel, já que os educandos são provocados a entender a produção da geografia local, para depois entenderem em outros espaços.

Desta forma, trabalhos de campo em espaços locais valorizam o saber cotidiano do educando, além de valorizar a geografia local. Permitem que sejam estudadas e valorizadas especificidades locais de forma a compreender o educando como sujeito ativo mediante produção do espaço e conseqüente transformação do ambiente. Entendemos ainda que, o uso do território como possibilidade educativa, amplia a inserção dos e das estudantes em vivências contextualizadas, favorecendo a aprendizagem de conceitos geográficos e o trabalho com temáticas pertinentes à Geografia

A prática de saída de campo em espaços da própria cidade, relativamente próximos as escolas contempladas pelo trabalho desenvolvido pelos bolsistas do PIBID em conjunto com o professor, favorece a aprendizagem de uma série de elementos importantes ao trabalho da

Geografia no Ensino Médio, assim como favorece a formação de professores e professoras em que a cultura do uso de espaços educativos que extrapolem o universo da escola, seja uma prática recorrente. Acreditamos que essa prática possibilita a construção de um ensino de Geografia mais crítico, em que práticas diferenciadas como essa estimulam o aprendizado dos educandos e dos futuros professores. Cientes da carga horária exaustiva dos professores, os bolsistas se comprometem a produzir atividades diferenciadas no âmbito geográfico, enriquecendo o conteúdo trabalhado em sala de aula, além de contribuir com a formação dos mesmos.

A escola contemporânea têm seus objetivos muitas vezes resumidos a preparação dos alunos para o vestibular, promovendo uma extrema valorização da memorização e reprodução de conteúdos, sem nenhuma criticidade. Freire (1987) já alertava para a concepção de educandos como simplesmente depósitos de conteúdos, naquilo que ele chamou de educação bancária, essa prática também buscou romper com essa ideologia, valorizando a escola como formadora de cidadãos que consigam olhar, viver, representar, propor, agir sobre e na cidade com um olhar mais crítico, mais cidadão, mais cuidadoso.

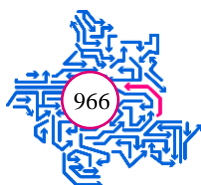
Dessa forma, as práticas de ensinar e aprender Geografia em espaços externos à escola, uma vez bem planejadas e construídas, desde seu início até o seu desenvolvimento, podem se revelar numa rica estratégia de ensino nas aulas de Geografia, seja no ensino fundamental, médio ou superior. (SOUZA e CHIAPETTI, 2012)

### **Fundamentação Teórica para a prática docente em Geografia Escolar**

Nos últimos anos diversos autores vêm se preocupando em discutir profundamente o ensino de geografia na escola. Vissentini (1992) crítica a geografia ensinada nas escolas como sendo uma simplificação da geografia ensinada nas universidades. Para ele o conhecimento geográfico científico e acadêmico deve ser reelaborado em função da realidade do aluno. Além disso, Vissentini (1992, p. 23) argumenta que

O conhecimento a ser alcançado no ensino, na perspectiva de uma geografia crítica, não se localiza no professor ou na ciência a ser “ensinada” ou vulgarizada, e sim no real, no meio em que aluno e professor estão situados e é fruto da práxis coletiva dos grupos sociais. Integrar o educando no meio significa deixá-lo descobrir que pode tornar-se sujeito na história.

Portanto a geografia escolar não deve ficar presa a conteúdos pragmáticos e longínquos dos educandos, nem seguir os mesmos caminhos que a geografia acadêmica. A

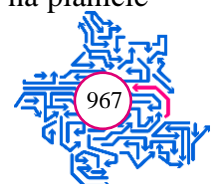


geografia escolar deve ter uma metodologia de ensino própria com a centralidade nos educandos, possibilitando que eles sejam capazes de construir criticamente seus respectivos conhecimentos a respeito do espaço através de um contexto local, ampliando posteriormente para contextos regionais/ globais. Amorim & Costa (2015) enfatizam que a Geografia escolar é muito mais do que apenas aquilo que é transcrito curricularmente para o ensino na Educação Básica. Os autores destacam que a Geografia escolar é constituída por diferentes elementos acadêmicos, de vivências, de materiais didáticos, de saberes docentes e dos estudantes, dos conteúdos circulares das mídias, entre outros elementos. Essa discussão corrobora com a fundamentação da experiência que desenvolvemos pois amplia a concepção do que venha constituir objeto de ensino para aulas de Geografia na Escola Básica.

Outra autora que contribui é Cavalcanti (2008) quando se remete a compreensão da cidade, responsabilizando o ensino de geografia por uma análise espacial num esforço para que o aluno possa entender seu papel como sujeito histórico e (co)responsável pelos processos que dão forma e conteúdo às cidades. A nosso ver, o próprio espaço onde o aluno vive, podendo ser o seu bairro, as redondezas da escola ou a sua cidade, representa um recorte interessantíssimo para análise em um trabalho de campo. Os estudantes tendo a possibilidade de observar a paisagem urbana, podem identificar suas transformações, dinâmicas, segregações e se perceber como parte e também produtor deste espaço, poderá contribuir para sua formação enquanto cidadão, resgatando uma das verdadeiras funcionalidades da escola.

O trabalho de campo na própria cidade também permite discutir aspectos físicos do relevo local que certamente não são abordados em livros didáticos devido à escala de estudo. Batista e Souza (2012) abordam que o ensino de geomorfologia nas escolas deve ter uma linguagem mais fácil com a utilização de materiais lúdicos, além de principalmente associar a teoria presente nos livros didáticos a prática de observação de campo, valorizando a experiência dos alunos. Desta forma é possível permear todos os conhecimentos sobre o meio físico natural, também rompendo com a dicotomia geografia física/ humana.

Oliveira *et al* (2006) expõe que um dos grandes problemas no ensino de geografia contemporâneo está justamente na fragmentação dos conteúdos discutidos na disciplina. A compreensão do relevo pode romper com essas dicotomias, já que o estudo da geomorfologia urbana inclui tópicos como, por exemplo, a apropriação de encostas por populações de classe baixa, que com suas moradias sem nenhum tipo de estrutura estão sujeitas a movimentos de massa. Pode-se ainda trabalhar como se deu o surgimento das cidades, geralmente na planície



de um curso d'água (como em Juiz de Fora, as margens do Rio Paraibuna) para posteriormente se expandir. O relevo tem importância fundamental no processo de ocupação do espaço, fator que inclui as propriedades de suporte ou recurso, cujas formas ou modalidades de apropriação respondem pelo comportamento da paisagem e suas consequências (CASSETI, 2005).

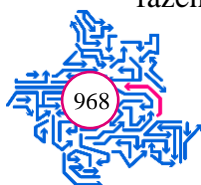
Por meio da aula em campo alguns conceitos geográficos elementares podem ser discutidos, em função da própria cidade. Através dos estudos da cidade e do urbano é possível compreender alguns conceitos caros à geografia como lugar, espaço e paisagem que em conjunto possibilita a compreensão dialética da própria cidade (SANTOS, 1982). Essas categorias não devem ser trabalhadas de forma isolada, uma vez que só adquirem um significado real quando associadas com a realidade, facilitando assim, a compreensão de outros níveis escalares numa relação local/global, onde a cartografia pode ser usada como instrumento de aproximação dos lugares. (SILVA e SILVA, 2012).

Silva e Silva (2012) ainda acrescentam que

O professor de Geografia tem a responsabilidade de propiciar ao aluno diversas possibilidades interpretativas do espaço geográfico, para que o educando possa interagir criticamente, compreendendo e relacionando as especialidades da Geografia, sobretudo a partir das relações estabelecidas entre a sociedade e natureza, enfatizando relações a partir de temas como urbanização, dinâmica populacional, aspectos econômicos, globalização, geopolítica, aspectos naturais: relevo, hidrografia, clima, vegetação e ecossistemas, entre outros.

A atividade em campo a nosso ver cumpriu todos esses objetivos além de romper com a monotomia que muitas vezes assola as salas de aula da educação pública brasileira. Sem recursos financeiros e materiais, geralmente as aulas são expositivas com o auxílio apenas do livro didático. Concordamos com Santos (2009) em que o trabalho de campo torna-se fundamental para atribuições que ultrapassam as práticas repetitivas da sala de aula, inserindo o sujeito (educando) diretamente no campo de luta, qual seja: a realidade.

Portanto é sabido que a utilização do trabalho de campo como instrumento de ensino na geografia escolar abre um leque de conteúdos, competências e habilidades que podem ser trabalhados e desenvolvidas. Se bem planejado, arquitetado e orquestrado, permite com que os estudantes se vejam como produtores da cidade, construtores desse espaço e se enxerguem, também, como sujeitos constituídos por ela, num movimento dialético. A geografia escolar fazendo da cidade seu objeto, cria a possibilidade da conquista do espaço urbano pelos



cidadãos, potencializa a instituição de territórios que sejam educativos. Esse direito à cidade nos parece correto afirmar, “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. (LEFEBVRE, 2008).

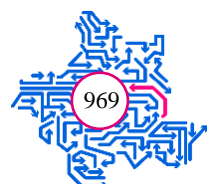
### **Relato das experiências**

Iniciando pela visita a Estação Climatológica Principal de Juiz de Fora, localizada na UFJF, esta prática surgiu da vontade de possibilitar aos estudantes um contato mais próximo com a prática das coletas de dados meteorológicos, além de servir como uma oportunidade de construir junto aos alunos uma aula diferente fora do ambiente escolar. Sendo assim, foi possível falar de uma Estação Climatológica estando dentro de uma - ao invés de imagens, os alunos tiveram contato direto com os equipamentos lá existentes.

Em primeiro lugar buscou-se desenvolver a capacidade de observação e o senso crítico dos alunos em relação aos assuntos polêmicos ligados ao clima mundial, como aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, entre outros temas que despertam curiosidade e preocupação aos alunos, fato que contribuiu para integrar o estudante ao meio científico. Também se buscou desenvolver habilidades de interação social, promover maior relacionamento do estudante com a comunidade e também entre os próprios estudantes, já que saber trabalhar em equipe é extremamente importante para a construção de um senso de responsabilidade.

Com esta atividade acreditou-se que também seria possível desenvolver habilidade de coleta e manipulação de dados empíricos, já que a lida científica parecia, aos estudantes, muito distante, pois a capacidade de trabalhar com modelos analíticos/conceitos/abstrações para compreensão das diferentes realidades observadas não se mostrava muito estimulada até então; os estudantes puderam ver como são feitas as coletas de dados, como são as diferentes maneiras de se relacionar os dados coletados com a vida cotidiana dos moradores da cidade de Juiz de Fora e também puderam calcular as variações encontradas nos dados coletados pelos técnicos que lá trabalham com os dados obtidos pela Estação Automática.

A ideia era transpassar aquela velha rotina, em trabalhos de campo, ou seja, buscava-se superar aquelas atividades descritivas como: listar os principais equipamentos presentes numa estação climatológica. Cria-se, além disto, localizar a Estação Climatológica em seu



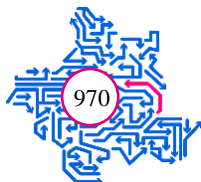
contexto regional, criticar sua localização e os problemas da intenção urbanização em seu redor, ou seja, entender as relações que se davam naquela paisagem.

Em linhas gerais conseguiu-se abarcar conteúdos como: conceitos de tempo e clima; ciências relacionadas ao estudo de tempo e clima (meteorologia e climatologia); relações entre tempo e clima e as atividades humanas; fenômenos relacionados aos estudos do clima (pressão atmosférica, temperatura, umidade relativa do ar, velocidade do vento, direção do vento, pluviometria); As diferentes relações do homem com o clima, suas dicotômicas relações.

Esta atividade foi dividida em três partes, inicialmente foi realizado um diálogo com os alunos sobre o que eles compreendem por tempo e clima, utilizando a Estação de Climatologia como o intuito de que eles construam os conceitos de tempo e clima. Foram lançadas algumas questões como: O que é tempo atmosférico? O que é clima? Há diferença entre tempo e clima? Quando se diz "o tempo amanhã será de muita chuva" ou "fará muito frio nos próximos dias", é feita a previsão do tempo ou do clima? Em seguida foi realizada explanação dialogada sobre os conceitos de tempo e clima, suas dinâmicas e a importância da previsão do tempo para o cotidiano e atividades humanas.

Em um segundo momento, onde de fato houve a atividade prática na Estação de Climatologia. Apresentamos os diferentes equipamentos existentes na Estação visitada, como por exemplo, o abrigo encontrado lá, com uma altura padrão, de 1,5 metros, foi construído por ripas de madeira branca, que permitem uma ventilação natural e ao mesmo tempo permitem criar condições de sombra aos equipamentos. Alguns instrumentos são contidos no seu interior, como os termômetros convencionais, os termômetros de máxima e mínima, o aparelho registrador (termo-higrômetro), o evaporímetro e o psicrômetro. Posteriormente foram apresentados os dados coletados pelos técnicos que lá trabalham e os dados obtidos pela Estação Automática, onde os alunos puderam comparar as distorções.

Na parte final separamos para a problematização da localização da Estação Climatológica em seu contexto regional, criticando-a e reafirmando os problemas da intensa urbanização em seu redor. Essa discussão foi extremamente valorosa, pois os estudantes puderam dar suas considerações sobre sua própria cidade, os problemas que eles vivem. Questões climáticas não foram desconsideradas também, foi possível relacionar as diversas enchentes, alagamentos e inundações que acontecem na cidade.



Aproveitando tais reflexões sobre o espaço urbano que apareceram neste momento, após as atividades com os alunos na Estação Climatológica Principal de Juiz de Fora e os levamos para um ponto turístico importante da cidade, o Mirante do Morro do Cristo, inicialmente chamado de Morro da Liberdade. Seu nome oficial é Morro do Redentor, porém também é chamado de Morro do Imperador, já que em 1861 D. Pedro II subiu as encostas para apreciar o céu e a vista da cidade. Lá acreditamos que seria um bom espaço para continuar a pensar a cidade além de podermos fazer um fechamento das atividades, está a 930 metros de altitude, e é um dos pontos mais altos da cidade sendo uma das mais belas vistas panorâmicas de Juiz de Fora.

Tendo a possibilidade de analisar a paisagem urbana do alto, conseguimos conjuntamente com os estudantes retomar alguns conteúdos trabalhados na Estação Climatológica Principal de Juiz de Fora, mas também foi possível construir reflexões interessantes sobre o espaço urbano. Na ocasião conseguimos chegar com os alunos a conclusão de que, por exemplo, na análise da cidade capitalista é impossível dissociar “o espaço” “da sociedade”, já que as relações sociais se materializam num território concreto, ao produzir sua vida os habitantes da cidade produzem/reproduzem enquanto prática sócio-espacial. Assim é insuficiente encarar os problemas urbanos somente enquanto realidade concreta, mas também enquanto virtualidade.

E que essas virtualidades se dão nas relações sociais num determinado tempo e espaço sendo que cada um desses sujeitos são dotados de noções diferentes no âmbito da produção, mostramos que, há condições espaço-temporais objetivas que revelam e definem a prática social de cada habitante da cidade capitalista.

Fortemente influenciados por Carlos (2004), convidamos os alunos a refletir sobre seu cotidiano, as possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões esvaziam-se, pois o cidadão é forçado à passividade e ao silêncio a não se quando há revoluções, esse conflito justifica-se pelas diferentes considerações ao valor de uso que os diferentes sujeitos possuem. Portanto há uma complexidade de relações para o indivíduo, a cidade e o espaço têm múltiplas funções, é lugar das coações, mas também da liberdade.

A saída a campo ao longo do Rio Paraibuna, teve como objetivo aprofundar uma parte do conhecimento histórico sobre o processo de urbanização da cidade de Juiz de Fora- MG. Partindo de tal premissa, houve a elaboração prévia de um planejamento de aula desenvolvido



nas instalações escolares, de maneira a familiarizar os discentes com a temática trabalhada em campo.

O conhecimento sobre o ordenamento territorial, expansão urbana e destinação dos efluentes produzidos pela cidade estão intrinsecamente relacionados ao redirecionamento e retificação do Rio Paraibuna, elemento norteador do processo de ocupação regional e que possui total significância por cortar toda a área central da cidade.

Dentro do que foi planejado, fez-se necessário elencar parte do contexto histórico e econômico da cidade que no século XX, quando foi denominada “Manchester Mineira”. Neste período o processo de industrialização foi fortemente intensificado e em decorrência de uma série de fatores atrelados à economia, foi inaugurada na cidade a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, denominada Usina de Marmelos (MACHADO e CUNHA, 2011).

Com a intensificação do crescimento urbano e possível fluxo de processo migratório para a cidade, foi se desenvolvendo um ordenamento territorial às margens e sobre a extensa planície aluvial do rio Paraibuna. Nessa área insalubre, foi instalado o centro da cidade, local por onde meandrava o rio Paraibuna e que naturalmente sofria com o processo de inundação, porém, com a influência antrópica esse processo foi intensificado e por se tratar de uma cidade de grande respaldo econômico na época, as situações de insalubridade proporcionadas pelas grandes cheias do rio eram inconcebíveis (MACHADO; CUNHA 2011).

Esse primeiro momento da atividade consistiu em percorrer parte da planície alterada do Rio Paraibuna, em virtude do processo antrópico de retificação do curso d’água para evitar as constantes inundações no centro econômico da cidade. Trabalhou-se conceitos de hidrologia, como várzea, aterro, planície de inundação, vazão, e meandro, de forma prática. Pôde-se discutir também temas contemporâneos, como a questão ambiental e sustentabilidade, já que ao longo do rio, principalmente nos seus afluentes é claro o despejo de esgoto diretamente na água sem qualquer tratamento.

Em um segundo momento houve um pequeno afastamento da planície do rio. Como já dito anteriormente o crescimento da cidade de Juiz de Fora se deu em virtude da geomorfologia local. Próximo a planície do Rio Paraibuna, centro econômico da cidade, já se fazem presentes algumas vertentes, com declividades variadas. Estas áreas, de menor valor econômico e impróprias para construção de grandes edificações foram apropriadas por

populações menos favorecidas. Observou-se claramente na prática durante o trabalho de campo casas com estruturação precária, ruas não asfaltadas, e ausência de saneamento básico. Este contraste observado em uma proximidade tão grande foi amplamente discutido. Questões como a ausência do Estado, segregação, geomorfologia urbana, produção da cidade, favorecimento de determinadas classes sociais foram levantadas e criticamente polemizados.

Esta atividade foi bastante positiva e proveitosa para os discentes por poderem compreender o processo de apropriação do espaço a partir de elementos geomorfológicos, além de refletir sobre a influência antrópica drástica na dinâmica do relevo local.

### **Considerações Finais**

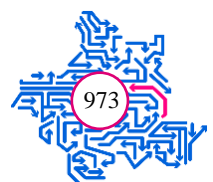
As práticas em campo possibilitaram um maior interesse e entusiasmo dos estudantes, refletindo posteriormente num melhor rendimento em diferentes aprendizagens e, por conseguinte, nas avaliações escolares. Percebeu-se claramente o amadurecimento de grande parte deles com relação a seus respectivos papéis na sociedade e sobre as segregações gritantes em espaços tão próximos.

Programas de formação de professores como o PIBID, representam grande importância no contexto escolar público contemporâneo. Em um cenário de esvaziamento dos cursos de licenciatura, é necessária a valorização desses programas, que além de contribuírem para o aperfeiçoamento da formação desses novos docentes, auxiliam positivamente o professor no cotidiano escolar. Completando esse tripé, os estudantes de ensino médio e fundamental em escolas abarcadas pelos programas têm a oportunidade de fazer parte de experiências escolares inovadoras complementando sua formação básica.

Faz-se necessário repensar a geografia escolar, muitas vezes descritiva, pois em uma geração de conhecimentos mais democráticos e acessíveis por meio de ferramentas como a internet, novas práticas pedagógicas que respondam a essa nova dinâmica e instiguem o pensar são demandadas, evitando o questionamento da geografia enquanto disciplina escolar.

### **Referências Bibliográficas**

AMORIM, Cassiano C. & COSTA, Bruno Muniz F. Diálogos entre a Geografia Escolar e a Geografia da Infância. In.: BEZERRA, Amélia Cristina A. Et. All. **Formação de Professores de Geografia**. Niterói: EdUFF, 2015.



BATISTA, D.F; SOUZA, F.A de. Ensino de Geomorfologia nas Escolas. In: Congresso de Educação UEG/ UNU, Iporá, Goiás. 2. 2012 **Anais** do II Congresso de Educação - UEG – UNU Iporá: p. 18 – 21. Disponível em <[http://www.cdn.ueg.br/arquivos/ipora/conteudoN/974/CE\\_2012\\_04.pdf](http://www.cdn.ueg.br/arquivos/ipora/conteudoN/974/CE_2012_04.pdf)> Acesso em 20 julho de 2016;

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades – Revista Científica**, São Paulo, vol. 1, no 1. 2004;

CASSETI, V. **Elementos de geomorfologia**. Goiânia: UFG, 2005;

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008;

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015;

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008;

MACHADO, P. J. de O; CUNHA, S. B. da. Juiz de Fora: Inundações, Saneamento e Ordenamento Territorial. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p.1-15, jun. 2011;

OLIVEIRA, R. M; AMORIM, R. R; SANTOS, M. C. F. Geomorfologia no Ensino de Geografia na Escola Básica. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, Goiânia – GO. 6. 2006 **Anais** do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia. Disponível em: <<http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/sinageo/articles/468.pdf>> Acesso em: 22 julho de 2016

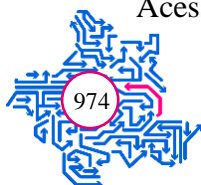
PESSOA, R.B. **Um olhar sobre a trajetória da Geografia Escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa;

PILETTI, C. **Didática Geral**. 23 ed. São Paulo: Ática, 2006;

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2ª ed: Vozes, 1982;

SANTOS, R. F dos. O trabalho de campo como instrumento de integração e cidadania no ensino médio. In: ENPEG - Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. 10. 2009, Porto Alegre – RS. **Anais** do 10º ENPEG – Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia: UFRGS. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(81\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(81).pdf)> Acesso em: 25 julho de 2016;

SILVA, M do S. F. da; SILVA, E.G da; O ensino de Geografia e a Construção de Conceitos Científicos Geográficos. In: Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade. 6. 2012. São Cristóvão –SE. **Anais** do VI Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade; Disponível em: <[http://educonse.com.br/2012/eixo\\_05/PDF/6.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_05/PDF/6.pdf)> Acesso em: 01 de agosto de 2016;



SOUZA, S. O; CHIAPETTI, R. J. N. O trabalho de campo como estratégia no ensino em Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 3-22, jan./jun. 2012;

TOMITA, L.M.S. Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-15, jan./ jun. 1999;

VESENTINI, J. W. **Para uma Geografia Crítica na Escola**. São Paulo: Ática, 1992.

